



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



# RECOMENDAÇÃO 02/2018

## CAOP-CRIM

### QUEBRA DE SIGILO

Tem por finalidade evitar eventual arguição de nulidades da coleta de provas durante a persecução penal.



## RECOMENDAÇÃO N° 002 /2018-CAOp-CRIM

O Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, Dr. José Cláudio Cabral Marques, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.129, II, da Constituição Federal/1988 e o art. 8º, inciso XIV c/c art. 38, inciso VI, da Lei Complementar 013/91, formula a presente **RECOMENDAÇÃO** com a finalidade de orientar os gestores e agentes públicos do Estado do Maranhão, no que concerne às medidas a serem adotadas para **garantir a eficácia da coleta da prova na persecução penal**, e assim,

**CONSIDERANDO** que são atribuições do Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 127 da Constituição Federal/1988, a defesa de ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços, assegurados na Constituição Federal de 1988, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito externo, ao Órgão auxiliar criminal cabe expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e respeito aos interesses, direitos e bens, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público é dispensada a defesa dos interesses sociais e cabe a este Órgão contribuir para a observância dos Princípio da Eficiência e da Legalidade do serviço público, em conjunto com outros órgãos da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o que dispõe no art. 6º, incs. II, III e VII do Código de Processo Penal que determina ao Delegado de Polícia, após tomar conhecimento da prática de infração penal, realizar a apreensão dos objetos relacionados ao fato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e das circunstâncias, e determinar, se for o caso, a realização de exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;



**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 5º, inc. X, da Constituição Federal, o art. 3º, inc. V da Lei de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) e o art. 7º, incs. I, II e III do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) que asseguram o respeito a inviolabilidade da intimidade; honra; vida privada; imagem e sigilo pessoal; a inviolabilidade e o sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet; a inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, em todos os casos, salvo por ordem judicial:

### **RECOMENDA**

Ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão – SSP-MA; ao Delegado Geral de Polícia Civil; aos Superintendentes de Polícia Civil da Capital e do Interior; aos Delegados de Polícia Civil; ao Superintendente de Polícia Técnico-Científica, aos Diretores dos Institutos de Criminalística do Estado do Maranhão e aos Peritos Oficiais de Natureza Criminal, **com o escopo de evitar eventual arguição de nulidades na coleta de provas**, que:

a) Adotem as medidas necessárias para o cumprimento das normas constitucionais acima mencionadas, assim como as previstas no art. 3º, inc. V da Lei de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) e o art. 7º, incs. I, II e III do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), quando da apreensão de aparelhos celulares ou *smartphones* de posse do flagranteado;

b) Realizem perícias oficiais de natureza criminal sem autorização judicial em aparelhos celulares ou *smartphones* apreendidos de posse do flagranteado **somente** nos casos em que seu proprietário ou representante legal permitiu o acesso aos dados, encaminhando tal autorização junto à solicitação de exames periciais;


c) Nas hipóteses em que haja mandado judicial de busca e apreensão, com a prévia autorização para análise e acesso aos dados nele arquivados, não há necessidade de uma nova ordem do magistrado para realização da perícia. Nesses casos, uma via do mandado judicial deverá acompanhar a solicitação de exames periciais;



d) Sejam empregados meios para a manutenção e ampliação dos atendimentos periciais realizados pelo Perito Oficial de Natureza Criminal, atinentes a perícia em celulares, com aquisição de hardwares e/ou softwares, necessários para a realização dos exames periciais realizados nos Institutos de Criminalísticas do Estado, bem como seja mantida a unicidade de exames periciais a serem realizados exclusivamente por Perito Oficial de Natureza Criminal;

e) Empreguem medidas para que não haja atraso ou prejuízo na persecução criminal, orientando os Delegados de Polícia Civil e Peritos Oficiais de Natureza Criminal para que atentem para a previsão do texto Constitucional e normas da legislação complementar e ordinária.

São Luís/MA, 22 de maio de 2018.



**José Cláudio Cabral Marques**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOP-Crim